

Altera dispositivo da PEC, prevendo que as alíquotas singulares da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como a de Seguridade Social na esfera Federal, passem a compor o conjunto das alíquotas singulares que não poderão ser fixadas em patamar inferior ao das respectivas alíquotas singulares de referência. Também introduz a irredutibilidade do gasto social per capita nos princípios gerais da atividade econômica, previstos na CF/1988.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À**  
**PEC 45, DE 2019**

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

(Dos senhores Enio Verri, Afonso Florence, Airtton Faleiro, Alencar Santana, Alexandre Padilha, Arlindo Chinaglia, Assis Carvalho, Benedita da Silva, Beto Faro, Bohn Gass, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Célio Moura, Enio Verri, Erika Kokay, Frei Anastacio Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Helder Salomão, Henrique Fontana, João Daniel, Jorge Solla, José Airtton Cirilo, José Guimarães, José Ricardo, Joseildo Ramos, Leonardo Monteiro, Luizianne Lins, Marcon, Margarida Salomão, Maria do Rosário, Marília Arraes, Natália Bonavides, Nelson Pellegrino, Nilto Tatto, Odair Cunha, Padre João, Patrus Ananias, Paulão, Paulo Guedes, Paulo Pimenta, Paulo Teixeira, Pedro Uczai, Professora Rosa Neide, Reginaldo Lopes, Rejane Dias, Rogério Correia, Rubens Otoni, Rui Falcão, Valmir Assunção, Vander Loubet, Vicentinho, Waldenor Pereira, Zé Carlos, Zé Neto, Zeca Dirceu e outros)

**Art. 1º** Dê-se ao inciso I do parágrafo único do Art. 159-E, incluído pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Art. 159-E .....

Parágrafo único. ....

I – as alíquotas singulares relativas às destinações de que tratam os incisos I e IV a IX do art. 159-A, os incisos I a III do art. 159-B e os **incisos I e II do art. 159-C** não poderão ser fixadas em percentual inferior ao das respectivas alíquotas singulares de referência, apuradas no termos do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

**Art. 2º** Suprimam-se os incisos II, III e IV do parágrafo único do Art. 159-E da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019.

**Art. 3º** Acrescente-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Art. 170 .....

X - irredutibilidade do gasto social real per capita.

Altera dispositivo da PEC, prevendo que as alíquotas singulares da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como a de Seguridade Social na esfera Federal, passem a compor o conjunto das alíquotas singulares que não poderão ser fixadas em patamar inferior ao das respectivas alíquotas singulares de referência. Também introduz a irredutibilidade do gasto social per capita nos princípios gerais da atividade econômica, previstos na CF/1988.

.....”

## **JUSTIFICACÃO**

### **Arts. 1º e 2º da Emenda**

A PEC nº 45 insere um conceito novo no nosso arcabouço tributário ao incluir as chamadas alíquotas singulares, entendidas como aqueles que podem ser fixadas para o Imposto sobre Bens e Serviço (IBS) tanto pela União, como por cada Estado e Município da Federação.

Prevê uma transição de 10 anos garantindo que estas alíquotas sejam fixadas de forma a garantir o patamar atual de arrecadação de receitas vinculadas as mais diversas áreas – como saúde educação e seguridade social em geral, entre outras – nas três esferas da federação.

Contudo, após esta transição, os entes terão poder discricionários para fixar suas alíquotas sem garantia de assegurar as receitas suficientes para manter o patamar de custeio das áreas sociais. Excetua as receitas para custear os repasses referentes ao FPE, FPM, dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO) e as futuras transferências aos Estados e ao Distrito Federal para compensar a perda de receitas das exportações (Lei Kandir) e as transferências de Estados para Municípios.

A presente emenda inclui no rol dessas exceções, de forma individualizada, a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e as Ações e Serviços Públicos de Saúde bem como a Seguridade Social.

Esta emenda não muda o caráter de regressividade da PEC nº 45. Não garante nem mesmo a ampliação da capacidade de financiamento dos gastos sociais. Apenas permite que não haja perda real da capacidade de financiamento, através da União, dos Estados e dos Municípios, da manutenção e desenvolvimento do ensino das ações de saúde e da seguridade social.

Nesse contexto, solicitamos o apoio dos nobres pares para subscrever esta emenda.

### **Art. 3º da Emenda**

O objetivo da presente Emenda é incluir no capítulo dos princípios gerais da atividade econômica a garantia da manutenção do valor dos gastos sociais.

Tal proposição, no âmbito da Reforma Tributária, visa a coerência com a Constituição Federal de 1988, em que se define um conjunto de direitos e obrigações do Estado Brasileiro, e para tal, é necessário determinar um patamar mínimo de gasto social, afim de que se reparem as desigualdades históricas e se garanta condições de vida digna à todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

Tal perspectiva não exclui a necessidade imperiosa de se discutir a qualidade do gasto ou a eficiência do serviço público, tampouco a modernização e automatização de processos e procedimentos, entretanto, dado a limitação de acesso à saúde, educação, assistência social, saneamento e alimentação adequada é fundamental determinar no texto constitucional a irredutibilidade do gasto social, assim as leis complementares a

Altera dispositivo da PEC, prevendo que as alíquotas singulares da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como a de Seguridade Social na esfera Federal, passem a compor o conjunto das alíquotas singulares que não poderão ser fixadas em patamar inferior ao das respectivas alíquotas singulares de referência. Também introduz a irredutibilidade do gasto social per capita nos princípios gerais da atividade econômica, previstos na CF/1988.

serem editadas a partir desta PEC nº 45/2019, deverão não somente buscar a materialização de um sistema tributário mais eficiente, simplificado e com redução da carga tributária sobre o consumo, mas também garantir os recursos para a consecução dos dispositivos constitucionais.

Sala das comissões,        de                        de 2019.

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>ASSINATURA</b>
<b>ENIO ERRI</b>	
<b>AFONSO FLORENCE</b>	
<b>AIRTON FALEIRO</b>	
<b>ALENCAR SANTANA</b>	
<b>ALEXANDRE PADILHA</b>	
<b>ARLINDO CHINAGLIA</b>	
<b>ASSIS CARVALHO</b>	
<b>BENEDITA DA SILVA</b>	
<b>BETO FARO</b>	
<b>BOHN GASS</b>	
<b>CARLOS VERAS</b>	
<b>CARLOS ZARATTINI</b>	
<b>CÉLIO MOURA</b>	
<b>ERIKA KOKAY</b>	
<b>FREI ANASTACIO RIBEIRO</b>	

Altera dispositivo da PEC, prevendo que as alíquotas singulares da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como a de Seguridade Social na esfera Federal, passem a compor o conjunto das alíquotas singulares que não poderão ser fixadas em patamar inferior ao das respectivas alíquotas singulares de referência. Também introduz a irredutibilidade do gasto social per capita nos princípios gerais da atividade econômica, previstos na CF/1988.

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>ASSINATURA</b>
<b>GLEISI HOFFMANN</b>	
<b>HELDER SALOMÃO</b>	
<b>HENRIQUE FONTANA</b>	
<b>JOÃO DANIEL</b>	
<b>JORGE SOLLA</b>	
<b>JOSÉ AIRTON CIRILO</b>	
<b>JOSÉ GUIMARÃES</b>	
<b>JOSÉ RICARDO</b>	
<b>JOSEILDO RAMOS</b>	
<b>LEONARDO MONTEIRO</b>	
<b>LUIZIANNE LINS</b>	
<b>MARCON</b>	
<b>MARGARIDA SALOMÃO</b>	
<b>MARIA DO ROSÁRIO</b>	
<b>MARÍLIA ARRAES</b>	
<b>NATÁLIA BONAVIDES</b>	
<b>NELSON PELLEGRINO</b>	
<b>NILTO TATTO</b>	
<b>ODAIR CUNHA</b>	
<b>PADRE JOÃO</b>	

Altera dispositivo da PEC, prevendo que as alíquotas singulares da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como a de Seguridade Social na esfera Federal, passem a compor o conjunto das alíquotas singulares que não poderão ser fixadas em patamar inferior ao das respectivas alíquotas singulares de referência. Também introduz a irredutibilidade do gasto social per capita nos princípios gerais da atividade econômica, previstos na CF/1988.

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>ASSINATURA</b>
<b>PATRUS ANANIAS</b>	
<b>PAULÃO</b>	
<b>PAULO GUEDES</b>	
<b>PAULO PIMENTA</b>	
<b>PAULO TEIXEIRA</b>	
<b>PEDRO UCZAI</b>	
<b>PROFESSORA ROSA NEIDE</b>	
<b>REGINALDO LOPES</b>	
<b>REJANE DIAS</b>	
<b>ROGÉRIO CORREIA</b>	
<b>RUBENS OTONI</b>	
<b>RUI FALCÃO</b>	
<b>VALMIR ASSUNÇÃO</b>	
<b>VANDER LOUBET</b>	
<b>VICENTINHO</b>	
<b>WALDENOR PEREIRA</b>	
<b>ZÉ CARLOS</b>	
<b>ZÉ NETO</b>	
<b>ZECA DIRCEU</b>	